



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
GESTÃO FINANCEIRA

PROJETO INTEGRADO
RISCO E FLUXO DE CAIXA
Magazine Luiza S.A.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

DEZEMBRO, 2019

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
GESTÃO FINANCEIRA

PROJETO INTEGRADO
RISCO E FLUXO DE CAIXA
Magazine Luiza S.A.

MÓDULO GESTÃO FINANCEIRA

FINANÇAS CORPORATIVAS E CONTROLADORIA – PROF.
DANILO MORAIS DOVAL

GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS – PROF. DANILO
MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

Dayana Matias Barion, RA 18000994

Diego Alves Corrêa, RA 1012018200141

Estefani Borges, RA 1012018200255

Júlio César Claudiano, RA 1012018200145

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

DEZEMBRO, 2019

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	4
3. PROJETO INTEGRADO	5
3.1 FINANÇAS CORPORATIVAS E CONTROLADORIA	5
3.1.1 A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	6
3.1.2 ANÁLISE DA DFC.....	9
3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCO.....	12
3.2.1 GESTÃO DE RISCO E INVESTIMENTO.....	16
3.2.2 FRAUDE E RISCOS	21
4. CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é sobre risco e fluxo de caixa onde vamos abordar um projeto integrado realizando uma respectiva análise dos riscos de uma empresa real e mostrando seus resultados, para esse conceito escolhemos a empresa Magazine Luiza, onde concretamente vamos mostrar os benefícios que uma análise pode trazer para o fluxo de caixa.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Nome de pregão: Magazine Luiza S.A.

Códigos de Negociação: MGLU3

CNPJ: 47.960.950/0001-21

CEP: 02051-000

Endereço: R. Amazonas da Silva, 27

Bairro: Vila Guilherme, São Paulo - SP

Telefone/Fax: (11) 2902-0000

Atividade Principal: Somos uma rede varejista e atuamos com foco na comercialização de bens duráveis no Brasil.

Classificação Setorial: Consumo Cíclico / Comércio / Eletrodomésticos

Site: www.magazineluiza.com.br

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 FINANÇAS CORPORATIVAS E CONTROLADORIA

Todos os dias, diretores e gerentes do alto escalão têm que tomar decisões a respeito de aspectos relacionados à empresa que dirigem.

A tarefa mais importante de um administrador financeiro é criar valor a partir das atividades de orçamento de capital, financiamento e liquidez da empresa.

A Controladoria é o centro nervoso de uma organização. Como o próprio nome enfatiza, o “Controlador” é um profissional que tem poderes para gerenciar praticamente todas as áreas da instituição, mesmo que tais ações se deem de forma indireta.

É de sua responsabilidade avaliar o desempenho dos funcionários e o controle das atividades financeiras e trabalhistas.

O papel da controladoria como órgão administrativo é zelar pelo bom desempenho da empresa, desenvolver sistemas e metodologias que proponham modelos gerenciais que otimizem o desempenho das empresas por meio de seu sistema de gestão, fornecendo informações para os gestores que auxiliam na tomada de decisões.

Muitas são decisões que irão solucionar um problema, outras dizem respeito ao dia-a-dia da empresa ou ao seu futuro imediato. Poucas são as decisões a respeito dos investimentos, ou seja, sobre onde o dinheiro deve ser aplicado hoje na expectativa que, em consequência, a empresa esteja melhor no futuro. E, dessas decisões sobre investimentos, somente algumas podem ser chamadas de decisões estratégicas de investimento, pois a lógica que as sustenta não é operacional ou rotineira, mas é uma lógica de longo prazo, empresarial, destinada, de certa forma, a tentar tornar a empresa mais bem-sucedida.

Portanto, ela é encarregada de controlar todos os atos da administração interna, verificando se os resultados ocorrem de forma positiva ou negativa para a organização, desta forma criam resultados para propiciar a continuidade da mesma.

Jamais a controladoria irá substituir as ações dos gestores, mas sim os incentiva a melhorar os resultados da organização, através dos dados apresentados.

As organizações que desejam um modelo de gestão bem desenvolvido precisam de uma estrutura para que todos os processos sejam realizados de forma que a mesma se mantenha

sempre em evolução, sendo assim, as informações devem ser ajustadas de acordo com a necessidade da empresa.

A definição formal diz que a área é responsável por tomar todas as decisões financeiras a respeito de um negócio, utilizando as ferramentas e análises necessárias para isto. Tem como principais objetivos maximizar a valorização da empresa e, simultaneamente, administrar os riscos financeiros existentes.

É essencial que o empreendedor saiba a real situação financeira do seu negócio para assim, traçar e aplicar ações capazes de proporcionar uma gestão financeira eficiente e que gerem lucro.

O conceito do valor do dinheiro no tempo surge da relação entre juro e tempo, porque o dinheiro pode ser remunerado por uma certa taxa de juros num investimento, por um período de tempo, sendo importante o reconhecimento de que uma unidade monetária recebida no futuro não tem o mesmo valor que uma unidade monetária disponível no presente. Para que este conceito possa ser compreendido, torna-se necessário a eliminação da ideia de inflação. Para isso, supõe-se que a inflação tecnicamente atinge todos os preços da mesma forma, sendo, portanto, anulada no período considerado.

Nesse caso entram as finanças corporativas, que nada mais são do que um estudo sobre a melhor forma para a empresa utilizar e administrar seus recursos financeiros e cria valor a mesma, bem como as consequências, sejam elas positivas ou negativas de tal aplicação para o negócio e indicadores financeiros.

As finanças corporativas podem e devem ser aplicadas em qualquer negócio, independentemente do seu tamanho, pois seu foco é o de fornecer à organização, subsídios para que ela tome as melhores decisões em relação às suas finanças e assim, alcançar resultados efetivos e maximizar o seu valor.

"A missão da controladoria é zelar pela continuidade da empresa, assegurando a otimização do resultado global". (CAGGIANO, 2004, p. 26).

3.1.1 A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A sigla DFC significa Demonstração do Fluxo de Caixa e é um relatório de contabilidade que pretende mostrar as entradas e saídas de dinheiro do caixa de uma

empresa e quais foram os resultados desse fluxo, assim como a Demonstração de Resultados de Exercícios (DRE), a DFC é uma demonstração dinâmica e deve ser incluída no balanço patrimonial.

A DFC ajuda a entender e analisar a capacidade de uma empresa de gerar caixa e equivalentes de caixa em um determinado período por meio dos seus pagamentos e recebimentos em dinheiro.

Informações contidas na demonstração de fluxo de caixa, quando são utilizadas conjuntamente com as informações contidas nas outras demonstrações contábeis, poderão auxiliar aos usuários na avaliação da capacidade da entidade de gerar fluxos de caixa líquidos positivos decorrentes de suas atividades, visando atender às suas obrigações bem como pagar dividendos aos seus acionistas.

Esse relatório detalha qual a origem dos recursos obtidos por uma empresa e como eles foram aplicados. Apesar de seu nome, a DFC não inclui apenas o fluxo de caixa propriamente dito. Entram na demonstração, além do caixa, todas as outras contas do grupo do disponível, como contas bancárias e aplicações de liquidez imediata.

A elaboração da DFC é obrigatória para diversos tipos de empresas. Para as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2 milhões, a obrigatoriedade foi determinada pela lei nº 11.638/2007, que entrou em vigor em 2008.

Já para as Pequenas e Médias Empresas, a determinação está na NBC TG 1000.

A demonstração deve ser apresentada pelo menos uma vez por ano, junto aos outros relatórios contábeis presentes no balanço da empresa. Sua obrigatoriedade tem relação com o fato de que, por meio de análises e auditorias, é possível entender mais não apenas sobre a saúde financeira da empresa, mas também buscar erros e possíveis fraudes contábeis.

No aspecto gerencial, entre as finalidades da elaboração da DFC está a de obter um controle maior sobre o planejamento financeiro da companhia. Sua elaboração permite identificar os períodos de sobra e de escassez de recursos, garantindo que haja dinheiro disponível para cumprir as obrigações dentro dos prazos de vencimento e ajudando na tomada de decisões sobre investimentos.

Reflete as transações de caixa das atividades operacionais, de investimento e financiamento, bem como a apresentação de uma conciliação de um resultado e um fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, visando fornecer informações

sobre os efeitos líquidos das transações operacionais e demais eventos que afetam o resultado.

O fluxo de caixa quando utilizado em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma empresa, sua estrutura financeira e sua habilidade para afetar as importâncias e prazos dos fluxos de caixa a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e às oportunidades.

A utilidade de avaliar a capacidade da empresa produzir recursos de caixa e valores equivalentes e habilitar os usuários a desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente e futuro de caixa de diferentes empresas.

Utilidade para conferir a exatidão de avaliações anteriormente feitas de futuros fluxos de caixa e examinar a relação entre a lucratividade e o fluxo de caixa líquido, e o impacto de variações de preço.

São duas as formas de apresentação do fluxo de caixa;

Método Direto:

Por este método, a DFC evidencia todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos.

A opção para este método deve apresentar, no mínimo os seguintes tipos de pagamentos e recebimentos:

- Recebimentos de clientes;
- Juros e dividendos recebidos;
- Pagamentos de fornecedores e empregados;
- Juros pagos;
- Imposto de renda pago;

Método Indireto:

O método indireto consiste na demonstração dos recursos provenientes das atividades operacionais a partir do lucro líquido, ajustados pelos itens que afetam o resultado (tais como depreciação, amortização e exaustão), mas que não modificam o caixa da empresa.

No método indireto parte-se do lucro líquido para, após os ajustes necessários chegar-se ao valor das disponibilidades produzidas no período pelas operações registradas na DRE.

3.1.2 ANÁLISE DA DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) mostra o quanto de dinheiro entra e sai da empresa ao longo de um trimestre ou de um ano. À primeira vista, isso parece muito com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), na medida em que registra o desempenho financeiro ao longo de um dado período, mas há uma grande diferença entre os dois indicadores.

O que os distingue é a forma de registro na contabilidade, se no regime de competência ou de caixa. A Demonstração do Fluxo de Caixa irá indicar quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Por sua vez, o DRE, na determinação da apuração do resultado do exercício, será computado em obediência ao princípio da competência, da seguinte forma:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda;
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Porém, só porque o DFC mostra um lucro líquido de R\$ 10, isso não significa que o Balanço Patrimonial aumentará em R\$ 10. Quando a parte inferior do DFC registrar uma variação de R\$ 10, isso significa que a empresa tem R\$ 10 a mais em dinheiro do que no final do último período. Assim, você pode pensar na variação líquida de caixa como "verdadeiro" lucro da empresa.

Por isso, a demonstração do fluxo de caixa é fundamental para a análise da saúde financeira da companhia, porque demonstra exatamente o dinheiro que a empresa realmente possui em caixa. Ele demonstra a capacidade da empresa de pagar suas operações e de crescer no futuro.

De fato, uma das características mais importantes que você deve procurar quando for investir é a capacidade da empresa de produzir retorno financeiro, pois só porque uma empresa apresenta lucro no DFC ou DRE não significa que não haverá, posteriormente, problemas causados por fluxo de caixa insuficiente.

Portanto, um exame atento da demonstração dos fluxos de caixa pode dar aos investidores uma melhor noção de como a empresa se sairá.

As 3 Seções do Fluxo de Caixa

As empresas acumulam e gastam dinheiro de diferentes maneiras, de modo que o fluxo de caixa é dividido em três seções:

- Fluxos de caixa das Operações;
- Fluxos de caixa de Financiamentos;
- Fluxos de caixa dos Investimentos.

Basicamente, as seções sobre operações e financiamentos demonstram como a empresa capta dinheiro, enquanto a seção de investimento demonstra como consome dinheiro.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Esta seção demonstra o dinheiro proveniente da venda de bens e serviços menos o dinheiro necessário para produzi-los e vender. Os investidores tendem a preferir empresas que produzem um fluxo de caixa líquido das atividades operacionais positivo.

Empresas de elevado crescimento, como as de tecnologia, tendem a apresentar fluxo de caixa de operações negativo em seus primeiros anos. Ao mesmo tempo, as mudanças no fluxo de caixa operacional normalmente oferecem uma prévia das mudanças na receita líquida futura.

Normalmente é um bom sinal quando o fluxo aumenta, mas cuidado com uma distância cada vez maior entre lucros líquidos declarados e fluxo de caixa das atividades operacionais. Se o lucro líquido é muito maior que o fluxo de caixa, a empresa pode estar aumentando ou diminuindo a sua reserva de proventos ou custos.

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

Vendas Recebidas de Mercadorias

(-) Pagamento de Fornecedores

(-) Pagamento de Despesas Operacionais

(-) Pagamento do Imposto de Renda

(-) Pagamento de Juros

= Caixa líquido das atividades operacionais

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Esta seção examina a grande quantidade de dinheiro que a empresa gasta com as despesas de capital, tais como aquisição de novos equipamentos ou qualquer outro ativo que precise para manter o negócio. Isso inclui, também, o controle de outras empresas e aplicações financeiras, como os fundos de mercado monetário.

Como investidor, você deseja ver uma empresa reinvestir capital a pelo menos uma taxa que cubra as despesas de depreciação. Se ela não o faz, isso pode provocar entradas de caixa artificialmente elevados no ano corrente, que podem não ser sustentáveis ao longo do tempo.

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aplicação Líquida em Investimentos

Aplicação Líquida em Imobilizado

Aplicações em Títulos (Juros Recebidos)

Redução de Outros Direitos a Longo Prazo

= Caixa Aplicado nas atividades de Investimentos

Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento

Esta seção descreve os fluxos de caixa associados a atividades de financiamento.

As origens das entradas e saídas de dinheiro são a venda de ações, debêntures e pagamento de empréstimos bancários.

Assim, quitar um empréstimo bancário aparece como saída do fluxo de caixa, assim como o pagamento de dividendos e recompras de ações.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Financiamento por Recursos de Terceiros

Aquisição de Financiamento por Recursos Próprios

Outras Contas a Pagar

Dividendos Pagos

=Caixa Aplicado nas atividades de Financiamento

Considerações Finais sobre o Fluxo de Caixa:

Investidores sábios são atraídos por empresas que produzem um grande saldo de Fluxo de Caixa do Acionista (FCA). FCA sinaliza a capacidade de pagamento de dívidas, dividendos e recompras de ações, além do potencial de crescimento no mercado.

FCA é, essencialmente, o dinheiro excedente produzido pela empresa e que pode ser devolvido aos acionistas ou investidos em novas oportunidades de crescimento, sem ferir as operações existentes. O método mais comum de cálculo de FCA é:

- (=) Lucro Líquido
- (-) Despesas de Depreciação
- (+-) Variação do Capital de Giro Não-Monetário
- (+-) Variação de Investimentos (Variação de Máquinas)
- (=) Fluxo de Caixa do Acionista (FCA)

Idealmente, os investidores gostariam de ver a empresa pagando o valor que eles investiram sem depender de financiamento. Além disso, a capacidade de pagar suas próprias operações e de crescer são sinais que a empresa tem sólidas bases financeiras.

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCO

A gestão de riscos está inserida no compromisso do Magazine Luiza com a criação e preservação de valor aos seus acionistas, fazendo parte do processo de tomada de decisão, contribuindo para a consecução de seus objetivos estatutários e estratégicos e para sua longevidade.

O Magazine Luiza identifica e trata os riscos de negócio e operacionais de forma a garantir o cumprimento das metas estabelecidas em seu planejamento estratégico. Anualmente, a alta administração define o perfil de riscos consolidado da empresa por meio dos direcionadores, metas estratégicas, e por recomendações do CARC. Além disso, assegura a efetividade do sistema de controle de riscos.

As atividades que podem apresentar riscos significativos ao negócio são monitoradas pelos princípios de Gestão de Risco abaixo definidos, que estão em linha com os fundamentos e políticas do Magazine Luiza e levam em consideração as recomendações do CARC, de órgãos reguladores externos e as melhores práticas de mercado:

- Cultura de Riscos integrada na organização.
- Independência da função da área de gestão de riscos.
- Foco total das áreas funcionais nos riscos oriundos de suas atividades para a adequada gestão e controle.
- Metodologia que garante que a organização e sua governança conheçam seus riscos e os respectivos responsáveis por seu controle e gestão.

Os riscos são identificados e avaliados de acordo com a probabilidade de ocorrência e seu impacto sobre o negócio, inclusive, sobre a imagem e reputação da empresa. Cada decisão leva em consideração os benefícios, os aspectos negativos e os riscos atrelados, mensurando a relação entre impacto e mitigação.

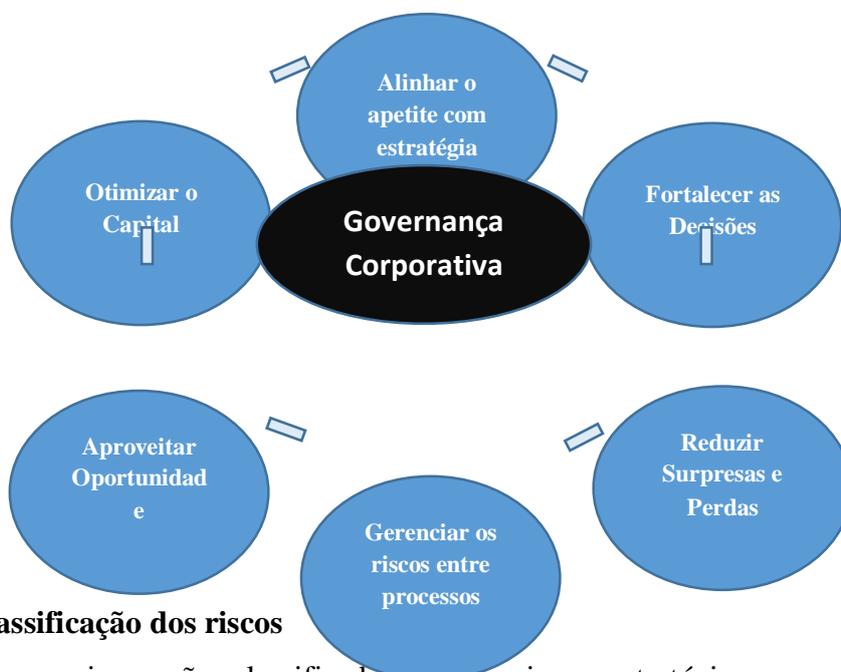
Além dos processos regulares de identificação e avaliação de riscos, a empresa desenvolve um plano de contingência e de continuidade do negócio para completar os instrumentos de gestão essenciais que, juntamente com os demais instrumentos e princípios, constituem os componentes de gestão global de riscos da nossa empresa.

Objetivos da nossa gestão de riscos

O processo de gestão de riscos do Magazine Luiza foi definido com base nas orientações consolidadas no trabalho do COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - e no processo de gestão de riscos sugerido pela norma ISO 31000:2009, com o intuito de:

- Aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela empresa;
- Melhorar a identificação de oportunidades e ameaças;
- Atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas;
- Melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas garantindo a transparência para todos os stakeholders, analistas de mercado e agências de crédito.
- Garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação;
- Alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controles;
- Melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa do Magazine Luiza seja seguida e criticamente analisada;

- Prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os agentes da estrutura em alguma etapa;
- Melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da organização.



Classificação dos riscos

Nossos riscos são classificados como: riscos estratégicos, operacionais, de conformidade e financeiros compostos como seguem:

Mercado - decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities

Crédito - definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.

Liquidez - possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Para esses riscos a empresa observa as seguintes diretrizes, que são monitorados e controladas pelo COFIC:

- Avalia e discute o planejamento financeiro e orçamentos junto aos responsáveis, para que sejam feitas, preventivamente, decisões e ações de gestão financeira que criem, protejam e cresçam o valor da empresa.

- Nas decisões de investimentos e de captações de recursos, estabelece parâmetros de forma a assegurar que o Magazine Luiza não efetue transações especulativas e com alto risco financeiro.

- Define o nível de exposição de risco das aplicações financeiras, estabelecendo sempre o limite máximo de aplicação em títulos públicos dos fundos e em entidades privadas de mínimo risco de crédito.

- A fim de garantir a liquidez, define saldo mínimo e saldo médio de caixa.

- Estabelece limites de exposição por instituição financeira e à exposição cambial.

Estrutura para gestão de riscos

O compromisso com a integridade, os valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos da empresa, é responsabilidade de todos os colaboradores. Todos são responsáveis também pela gestão de riscos, e podem contribuir para uma gestão eficaz.

De acordo com a premissa acima, a estrutura de gestão de riscos da empresa considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito das 3 linhas de defesa:

1ª Linha de Defesa: Refere-se à gestão operacional, representada pelas diretorias, gerências, e demais colaboradores que atuam nas operações da empresa. Reporta-se à Diretoria Executiva. Juntamente com a Diretoria Executiva, é responsável por:

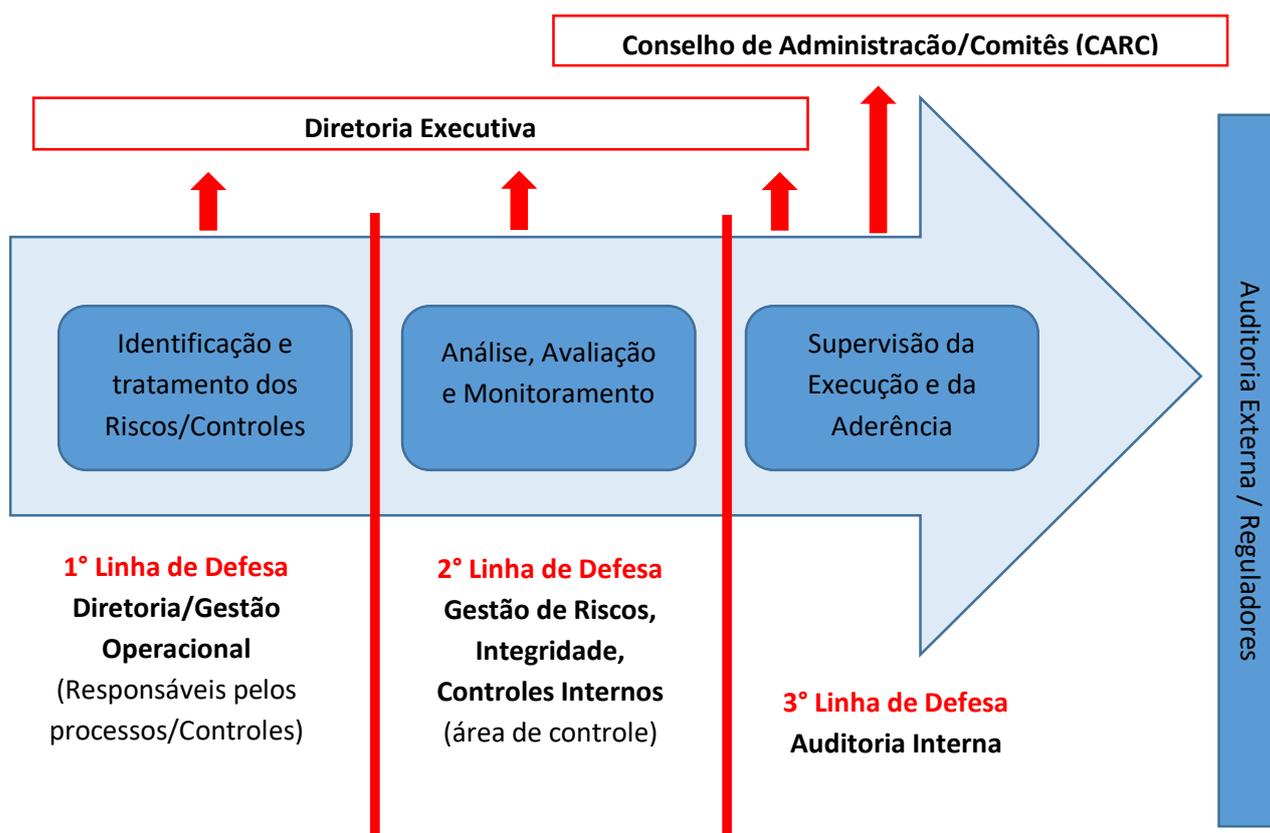
- identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes desta Política;
- implantar planos de ação e controles;
- comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos.

2ª Linha de Defesa: Refere-se às áreas de controle da empresa, compreendendo as funções de Gestão de Riscos, Integridade (Compliance) e Controles Internos. Reporta-

se à Diretoria Executiva e também ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento. É responsável por:

- analisar, avaliar, e monitorar os riscos identificados pela gestão operacional;
- facilitar e monitorar a implantação das práticas de gestão de riscos pela gestão operacional (1ª linha de defesa) de acordo com o apetite a risco da empresa;
- comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos;
- auxiliar na identificação de riscos e no desenvolvimento de processos e controles;

3ª Linha de Defesa: Refere-se à atuação da Auditoria Interna na avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na empresa. Atua de forma independente e objetiva, se reportando ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento.



3.2.1 GESTÃO DE RISCO E INVESTIMENTO

O risco está diretamente relacionado com o retorno de um investimento, ativo ou empreendimento. Quanto maior o retorno maior será o risco associado.

O risco impacta profundamente na missão da empresa, na medida em que afeta os resultados da companhia, seja por efeitos negativos, como ameaças representadas por perdas econômicas e financeiras, seja por  efeitos positivo, como o aproveitamento de novas oportunidades de negócio etc.

Riscos Financeiros

Em relação aos Riscos Financeiros, as incertezas existem e, para garantir a continuidade do empreendimento é necessário tomar a decisão correta. Decidir qual o risco assumir, diante de uma possibilidade de ganho, esse é o dilema que os gestores financeiros enfrentam, pois, na maioria das vezes, quanto maior o retorno financeiro.

Considerando esse dilema, o administrador tenta pulverizar os riscos diluindo seu leque de recursos em investimento distintos, para garantir o máximo de retorno, correndo, assim menos riscos.

Riscos Operacionais

Como vimos, os riscos que mais causam impactos negativos nas instituições financeiras são Riscos Operacionais. Segundo Coimbra (2007). “ A definição do Bank for International Settlements (BIS), apesar da amplitude, destaca-se em relação às demais em virtude de indicar os fatores originadores do risco:

Processos internos à organização, pessoas (fraude, erro ou negligência, ausência de qualificação e conduta antiética), tecnologia (falhas de hardware, Software, instalações, sistemas de energia e comunicações) e eventos externos (como ataques terroristas e fenômenos da natureza)”.

Nota-se que há um maior grau de vulnerabilidade nesse tipo de risco, já que envolve vários aspectos de difícil controle. Mas por outro lado, quando existem falhas ou quando erros ocorrem, é mais fácil ser detectada.

Processos



Nota-se, conforme a Figura que os riscos operacionais estão ligados a uma corrente de fluxos das quais conectados os processos que são executados pelas pessoas, na maioria das vezes utilizadas tecnologias, que estão expostas a eventos externos.

O Comitê de Basiléia, conforme Coimbra (2007, p 33), em cooperação com a indústria financeira, identificou tipos de eventos de risco operacional que apresentam potencial para causar perdas substanciais às instituições, como seguem:

- Fraudes internas, como por exemplo, relatórios com erros internacionais e roubo por parte de colaboradores;
- Fraudes externas, como roubo, falsificação, saques indevidos e ações de hackers;
- Práticas relacionadas a clientes, produtos e serviços, como uso indevido de informações confidenciais de clientes, lavagem de dinheiro, comercialização de produtos não autorizados, entre outros;
- Danos a ativos físicos, como por exemplo, atos de vandalismo, ocorrência de terremotos, furacões, incêndios e inundações;
- Interrupção das atividades da empresa e falhas em sistemas de TI tecnologia da informação, como falhas em hardware e software, problemas de telecomunicações e no fornecimento de serviços essenciais;

- Execução, cumprimento de prazos e gestão dos processos da empresa, como input errado de dados, falhas no gerenciamento de garantias, documentação incompleta, acesso indevido a contas de clientes, disputas judiciais com fornecedores, etc.

Os eventos citados reforçam mais uma vez a tamanha fragilidade e as dificuldades que as empresas enfrentam em seu ciclo operacional, além do constante cuidado que os gestores devem ter em confrontar as possíveis ameaças.

Segundo Padoveze e Bertolucci (2008) “os riscos operacionais decorrem da execução das transações e das operações da empresa e podem ser causados por todos os funcionários da empresa, na realização de suas atividades: falhas humanas de sistemas, não cumprimento de obrigações, trabalhos com eficiência diferente do esperado, falhas nas decisões sobre os eventos econômicos, atuação desidiosa de funcionários, fraudes, roubos etc”.

Apesar de a insegurança afetar os processos operacionais de uma empresa, não pode ser motivo de impedimento para abrilhantar futuros empreendimentos; no máximo serve como alerta para tomar cuidado e se resguardar dos perigos.

Riscos Estratégicos

Em relação aos Riscos Estratégicos, Coimbra (2007) ressalta que expandindo a compreensão, esse tipo de origina-se a partir de mudanças ambientais de longo prazo, com poder para afetar “a maneira como uma empresa adiciona valor a seus stakeholders”. Para realizar a gestão desse tipo de risco, empregam-se ferramentas comumente utilizadas em planejamento estratégico, como a análise de cenários”.

Padoveze e Bertucci (2008) definem “os riscos classificáveis como estratégicos são aqueles que decorrem das diretrizes definidas no planejamento estratégico. Basicamente, relacionam-se como os negócios e mercados onde a empresa atua, o modelo de gestão adotado e as estruturas organizacionais definidas para operacionalizar os negócios e realizar o modelo de gestão adotado. Caracterizam-se como riscos estruturais, pois decorrem do macro variáveis econômicas, políticas, ambientais etc. Capazes de afetar os resultados econômicos dos negócios da empresa”

Diante dessas afirmações, compreende-se que elaborar um planejamento estratégico exige conhecimento prévio das possíveis mudanças que possam influenciar o ramo de atuação das empresas.

Uma visão proativa e as ações eficazes podem contribuir muito para o sucesso ou o fracasso de um empreendimento. Em virtude disso, a gestão deve se preocupar em acompanhar as oscilações que o mercado possa sofrer positividade ou não. Além disso, deve criar mecanismos que tornem possível superar dificuldades sem grandes perdas e segurar as boas oportunidades.

Ferramentas para minimizar as incertezas de mercado

A base de todos os processos de gerenciamento de risco em identificar, coletar, armazenar, mensurar, analisar, entender, interpretar e julgar informações, e consolidar ideais e conceitos baseado nessas informações para os processos decisórios subsequentes.

Uma das Ferramentas que pode ajudar a minimizar esses riscos e incertezas de mercado empresarial é a análise SWOT.



Análise SWOT

Interna

**Importante considerar**

- Impossibilidade de dominar as forças da natureza (ex.: o clima, as leis da natureza);
- O componente humano (ex.: livre-arbítrio, ações e atitudes individuais e coletiva);
- Recursos limitados – escassos (ex.: Capital, o tempo);
- Informação incompleta, que pode não ser confiável.

3.2.2 FRAUDE E RISCOS

Envolve a apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam ocorrer, o Anexo I apresenta as ferramentas utilizadas para a condução desse processo.

A área de Gestão de Riscos deve sugerir os critérios que por sua vez serão analisados pelo CARC e aprovados pelo Conselho de Administração. Anualmente, a empresa deve promover validação ou atualização dos parâmetros.

Risco = Probabilidade x Impacto

- Analisar o impacto do risco em relação a: (i) fatores críticos de sucesso da empresa; (ii) valores da empresa; e (iii) Leis relevantes e ao Programa de Integridade;
- Quantificar a probabilidade de ocorrência do risco: usando a metodologias mais aderentes a avaliação correta a cada macroprocesso.

Características dos Riscos por Quadrante

• **I. ALTA SEVERIDADE ("RISCO ALTO")** - Risco Inaceitável: representam ameaça potencial aos negócios da empresa. Demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.

• **II. MÉDIA SEVERIDADE ("RISCO MÉDIO")** - Risco Inesperado: com alto impacto e baixa frequência. Devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência.

O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer. Compreende também o risco inesperado ("cisne negro") de perdas esporádica, refletindo eventos extremos, mas raros. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

• **III. MÉDIA SEVERIDADE ("RISCO MÉDIO")** - Risco Provável: de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo.

• **IV. BAIXA SEVERIDADE ("RISCO BAIXO")** - Risco aceitável: perdas de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los.

O processo de avaliação dos riscos é aplicado inicialmente aos riscos inerentes, e posteriormente, a partir das medidas de tratamento e resposta aos riscos, é aplicado aos riscos residuais:

- Risco inerente: risco para o qual ainda não foram aplicadas ações de resposta/tratamento, para alterar a probabilidade de ocorrência e/ou impacto (mitigação);
- Risco residual: risco que permanece após aplicação de ações de resposta/tratamento por parte da administração.

Avaliações de riscos

A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implantação do tratamento. Compara o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi considerado.

Concluída a etapa de avaliação quanto ao grau de exposição da empresa na busca de seus objetivos, tem-se o processo de tomada de decisão quanto ao tratamento de riscos,

de acordo com as diretrizes de apetite a riscos determinadas pela alta administração da empresa.

Adicionalmente, é possível definir a escala de priorização de tratamento dos riscos, de acordo com as perdas associadas à materialização dos eventos de risco relacionadas à realização dos mais relevantes objetivos estratégicos e operacionais. Os riscos são reavaliados periodicamente, de acordo com seu grau de severidade.

Tratamento de riscos

O tratamento de riscos é a tomada de decisões pela Diretoria Executiva com a supervisão do conselho de Administração, e com base na matriz de avaliação de riscos residuais e dentro dos limites de apetite aos riscos. Envolve a seleção de uma ou mais opções para mitigar os riscos e a implantação dessas opções na realização dos seus objetivos. Uma vez implantado, o tratamento fornece novos controles ou modifica os existentes.

As alternativas para Tratamentos dos Riscos classificam-se da seguinte forma:

- a) Eliminar as atividades que geram o evento de risco;
- b) Diminuir a probabilidade de ocorrência e/ou a magnitude de impacto do evento de risco;
- c) Transferir ou compartilhar de parte do evento de risco; e
- d) Aceitar o evento de risco.

Monitoramento e análise crítica

Devem ser processos contínuos e interativos que permeiam o processo de gestão de riscos e visam fornecer, compartilhar ou obter informações, além de se envolver no diálogo com as partes interessadas e outros, com relação a gerenciar riscos.

A análise crítica consiste na verificação, supervisão e observação crítica executada de forma contínua e documentada, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma análise de risco e fluxo de caixa, sobre esse projeto de risco de fluxo de caixa tivemos a escolha da empresa em destaque no trabalho Magazine Luiza S.A. Que atua como rede de varejistas.

Conforme vimos no projeto sabemos que na empresa na parte de finanças corporativas pode ser aplicada em qualquer negocio independente do seu tamanho, pois seu foco é o de fornecer à organização subsídios para que ela tome as melhores decisões em relação às suas finanças e assim, alcançar resultados efetivos e maximizar o seu valor.

A DFC como foi explicada ajuda muito a entender e analisar a capacidade de uma empresa equivalentes de caixa em um determinado período por meio dos seus pagamentos e recebimentos em dinheiro.

Gestão de riscos está inserida no compromisso do Magazine Luiza com a criação e preservação de valor aos seus acionistas, fazendo parte do processo de tomada de decisão, contribuindo para a consecução de seus objetivos estatutários e estratégicos e para sua longevidade com seus objetivos da sua gestão as estruturas e linhas de defesas.

Empresa com seus riscos e investimento tais como financeiros administrador tenta pulverizar os riscos diluindo seu leque de recursos em investimento distintos, para minimizar as incertezas de mercado empresarial é análise SWOT.

Presente trabalho tivemos uma pequena dificuldade por dados da empresa, assim não liberando números ou análises para uma melhor conclusão da empresa Magazine Luiza S.A.

REFERÊNCIAS

Site: Administradores. Disponível em:

<Administradores.com.br> Acesso em 25 de Novembro de 2019.

Site: Contabilidade Net. Disponível em:

<<http://www.contabilidadenet.com.br/>> Acesso em 25 de novembro de 2019.

Site: Econect editora. Disponível em:

<<http://www.econeteditora.com.br/>> Acesso em 25 de Novembro de 2019.

Site: RI Magazine Luiza. Disponível em:

<<https://ri.magazineluiza.com.br/>> Acesso em 25 de Novembro de 2019.